

HABEAS CORPUS Nº 480.053 - PB (2018/0310045-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : PEDRO IVO RODRIGUES VELLOSO CORDEIRO E
OUTROS
ADVOGADOS : SHEYNER YÀSBECK ASFÓRA - PB011590
TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - DF023870
PEDRO IVO RODRIGUES VELLOSO CORDEIRO -
DF023944
DIEGO BARBOSA CAMPOS - DF027185
FERNANDA REIS CARVALHO - DF040167
CÉLIO JÚNIO RABELO DE OLIVEIRA - DF054934
OBERDAN FERREIRA COSTA DA SILVA - DF054168
THIAGO SILVEIRA QUADROS - DF056251
JULIANO GOMES AVEIRO - DF057727
JOSÉ IDELTÔNIO MOREIRA JÚNIOR - PB018804
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : RODOLPHO GONCALVES CARLOS DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de RODOLPHO GONÇALVES CARLOS DA SILVA, contra o v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**, no writ n. 0804716-19.2018.8.15.0000.

Depreende-se dos autos que em 30/01/2017 o paciente foi denunciado pela prática, em tese, do crime descrito no art. 121, § 2º, I, III, IV, V e VII, do Código Penal.

A Defesa afirma que em audiência de instrução realizada em 18/12/2017, o **Parquet** solicitou a realização de diligência, consistente na expedição de ofício à perícia oficial *"para que justifique o motivo pelo qual o IPC/PB não apresentou a sobreposição de imagens, informando o trajeto do veículo causador do acidente, na forma como foi realizada pela perícia do assistente técnico, apresentado pela defesa do réu."* (fl. 06).

Alega que, muito embora o referido ofício não tenha aportado aos autos, o e. Magistrado de 1º grau abriu prazo sucessivo a fim de que as partes apresentassem suas alegações finais.

Irresignada, a Defesa impetrou **habeas corpus**, alegando cerceamento de defesa, mas o eg. Tribunal de origem, denegou a ordem, nos termos do v. acórdão, a seguir ementado (fl. 24):

"HABEAS CORPUS. JÚRI. 1ª FASE. JUDICIUM ACCUSATIONIS. DILIGÊNCIA REQUERIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONCORDÂNCIA DA DEFESA. ABERTURA DE PRAZO PARA ALEGAÇÕES FINAIS SEM A CONCLUSÃO DA DILIGÊNCIA. ALEGADO CONSTRANGIMENTO. SUBVERSÃO DO RITO E LÓGICA PROCESSUAL. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. FASE DE MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. MOMENTO OPORTUNO PARA REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIAS EM CASO DE PRONÚNCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 422 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ORDEM DENEGADA.

- Inexiste cerceamento de defesa, diante da ausência de conclusão de diligência requerida, na primeira fase do júri, quando, com o seu encerramento, em caso de pronúncia do acusado, haverá momento oportuno para requerimento de diligências, consoante preconiza o art. 422 do CPP.

- No procedimento do Júri poderão ser juntados documentos até três dias úteis antes do julgamento em plenário, conferindo às partes o direito de se manifestar."

No presente **writ**, reafirma-se que *"mesmo diante da pendência de resposta ao ofício expedido a requerimento do próprio titular da ação penal – que cuida de esclarecimento sobre a própria prova pericial –, que seria submetido ao crivo contraditório, a autoridade coatora abriu prazo sucessivo para apresentação de alegações finais, ao arrepio dos mais elementares princípios constitucionais processuais penais."* (fl. 07).

Sustenta-se que há evidente prejuízo à Defesa, pois a resposta dos peritos oficiais seria elemento essencial, que poderia ensejar a impronúncia do paciente, ou a desclassificação da conduta.

Requer-se, portanto, o deferimento do pedido liminar para sobrestar o curso da ação penal até o julgamento do mérito do presente **writ**. No mérito, pleiteia-se a concessão da ordem, *"determinando-se a juntada da resposta ao ofício nº 2123/2017, expedido ao Gerente do Instituto de Polícia Científica, para que, somente após a prova aportar aos autos, seja concedida*

nova abertura de prazo para alegações finais das partes, isto é, Ministério Público, assistente de acusação e defesa." (fl. 22).

O pedido liminar foi **deferido** às fls. 454-458, *"tão somente para sobrestar o curso da ação penal na origem, até o julgamento do mérito do presente writ."*

Informações prestadas às fls. 465-520, 523-547 e 558-565.

O Ministério Público Federal, às fls. 550-554, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, ou, caso conhecido, pela denegação da ordem, em parecer com a seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. DILIGÊNCIA REQUERIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT."

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Supremo Tribunal Federal, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Assim, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso ordinário.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual

constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Como relatado, busca-se na presente impetração a determinação de sobrestamento da ação penal, a fim de que, somente após a juntada de prova pericial requerida, seja concedido novo prazo para as alegações finais.

Como afirmado por ocasião do exame preliminar, esta Corte Superior de Justiça possui precedentes no sentido de que, **em regra**, o simples fato de determinada prova ter sido disponibilizada após iniciada a instrução criminal, não acarreta, necessariamente, o cerceamento de defesa, quando for assegurado ao acusado **o direito de se manifestar sobre ela antes das alegações finais**, garantindo-se, assim, o adequado exercício do contraditório.

Nesse sentido:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO IMPUGNADO QUANTO À MANUTENÇÃO DA PRISÃO DOS RECORRENTES. PROVIMENTO JUDICIAL DEVIDAMENTE MOTIVADO. EIVA INEXISTENTE.

[...]

4. O simples fato de o procedimento referente à quebra do sigilo telefônico haver sido disponibilizado após o oferecimento da defesa prévia não acarreta cerceamento de defesa, especialmente porque se assegurou aos recorrentes o direito de se manifestar sobre as provas decorrentes da medida, e, inclusive, de requerer a reinquirição de qualquer testemunha, garantindo-se, assim, o adequado exercício do contraditório.

[...]

2. Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido." (RHC 102.306/ES, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 10/10/2018, grifei)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. JUNTADA TARDIA AOS AUTOS DA AÇÃO PENAL. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. "Não há nulidade a ser conhecida na juntada tardia das transcrições das interceptações telefônicas, visto que foram incorporadas aos autos antes da abertura de prazo para

as alegações finais, possibilitando à defesa o amplo acesso, a fim de refutá-las, antes da prolação da decisão condenatória, o que garantiu o pleno exercício do contraditório, notadamente se não apontado nenhum prejuízo efetivo". (AgRg no REsp 1416858/PB, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 15/06/2015).

2. *Agravo regimental desprovido.*" (AgRg no RHC 73.401/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe 28/05/2018, grifei)

"PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO ATIVA. INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS E DECISÕES QUE AUTORIZARAM E PRORROGARAM A MEDIDA. ACESSO INTEGRAL AO CONTEÚDO, APÓS A RESPOSTA PRELIMINAR (ART. 514 DO CPP) E A RESPOSTA À ACUSAÇÃO (ARTS. 396 E 396-A DO CPP), MAS ANTES DAS ALEGAÇÕES FINAIS. POSSIBILIDADE. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça firmou entendimento no sentido de que o reconhecimento de nulidade no curso do processo penal reclama efetiva demonstração de prejuízo, à luz do art. 563 do Código de Processo Penal, segundo o princípio *pas de nullité sans grief*. Precedentes do STJ.

2. Hipótese em que a defesa apresentou resposta preliminar (art. 514 do CPP) e resposta à acusação (arts. 396 e 396-A do CPP) sem acesso integral ao conteúdo das interceptações telefônicas, assim como das decisões as quais autorizaram e prorrogaram essa medida cautelar. Apesar disso, conforme consignado no acórdão recorrido, o acesso a esse conteúdo ocorreu antes da abertura de prazo para as alegações finais.

3. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a juntada aos autos do conteúdo integral da interceptação telefônica antes da abertura de prazo para as alegações finais, por permitir à defesa refutá-las antes da sentença, garante o exercício do contraditório e da ampla defesa, o que afasta o alegado prejuízo.

4. *Recurso em habeas corpus não provido.*" (RHC 47.069/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 05/03/2018, grifei)

Nesse contexto, considerando que na audiência de instrução realizada em 18/12/2017, o Ministério Público estadual solicitou a realização

de diligência, consistente na expedição de ofício à perícia oficial *"para que justifique o motivo pelo qual o IPC/PB não apresentou a sobreposição de imagens, informando o trajeto do veículo causador do acidente, na forma como foi realizada pela perícia do assistente técnico, apresentado pela defesa do réu."* (fl. 06), e que, embora o referido ofício não tenha sido juntado aos autos, o MM. Juiz abriu prazo sucessivo para a apresentação das alegações finais, restou configurado o cerceamento de defesa.

Nas informações complementares apresentadas às fls. 558-565, o d. Juízo de 1º grau consignou que *"em data de 28.01.2019, o IPC/PB, após receber determinação deste juízo, para que informasse os motivos pelos quais o ofício não tinha sido atendido, àquela época, **atendeu à ordem e remeteu resposta a esta serventia, suprimindo a pendência**, que já se estendia há mais de um ano."* (grifei).

Assim, considerando que a referida prova já consta dos autos, impõe-se a concessão parcial da ordem, apenas para determinar a renovação do prazo para que as partes apresentem suas alegações finais, garantindo-se, assim, o exercício do contraditório e ampla defesa.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus**. No entanto, confirmando a liminar, **concedo, parcialmente, a ordem de ofício**, apenas para determinar a renovação do prazo para a apresentação das alegações finais.

P.e I.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator